

**SAÚDE, IMPRENSA E INTERESSE PÚBLICO –
JORNALISTAS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM BUSCA DO DIÁLOGO
POSSÍVEL**

Boanerges Lopes (UGF) & Josias Nascimento (SOBEU)

RESUMO - O trabalho apresenta um diagnóstico da situação do setor saúde no país, enfocando as dificuldades de relacionamento entre jornalistas e profissionais de saúde e as conseqüências que uma abordagem equivocada e preconceituosa por parte da mídia pode provocar para o usuário e as suas conquistas em termos de cidadania. Os autores apresentam, a partir de experiências vivenciadas, possíveis soluções que possibilitem novos posicionamentos, avanços e conquistas de ambos os setores.

Este “diagnóstico” é baseado em dados do próprio governo e demonstra, de imediato, a dimensão do problema da área de Saúde no Brasil. São 35 milhões de habitantes abaixo do nível de pobreza absoluta neste país, dos quais 10 milhões não têm acesso a qualquer tipo de assistência médica. Moléstias endêmicas contaminam 12 milhões de brasileiros e existem 14 milhões de hipertensos, sendo que 30% deles sequer sabem que têm a doença. Existem surtos periódicos de dengue e 500 mil casos de malária anualmente.

O governo federal “investiu” R\$ 14,4 bilhões em 96 no setor. Em relação ao ano anterior houve uma queda real de 16,3%. E pior: ano passado, dos R\$ 20, 5 bilhões disponibilizados no orçamento, o Ministério da Saúde gastou R\$ 18,8. Ou seja, o restante dispensado - R\$ 1,7 bilhão - poderia salvar muitas vidas perdidas pela escassez de programas preventivos e falta de leitos, entre outras coisas. Nos últimos anos, foram gastos em média US\$ 80,00 por habitante ao ano, o que, em comparação com a Argentina - US\$ 600,00 - e EUA - US\$ 3 mil - demonstra uma desproporção considerável. E o que é grave: deste orçamento, 40% ficaram comprometidos com tratamentos caros que normalmente beneficiam apenas 3% da população. De 86 a 96 , houve uma redução de leitos de 4,3 para 3,2 quando a recomendação da Organização Mundial de Saúde é de 5 para cada mil/habitantes. E do polêmico CPMF não se viu até o momento um centavo utilizado para melhorar as condições de atendimento à população.

Nas três últimas décadas, a saúde pública tem sofrido tantos desmandos de sucessivos governos que, em pesquisa recente do instituto Gallup junto aos trabalhadores brasileiros de vários estados, foi constatado que mais de 90% deles preferem os serviços

da medicina de grupo aos estatais. Os 400 grupos médicos privados existentes incrementaram progressivamente seus recursos na área, atendendo hoje o correspondente ao triplo da população da Suécia e equivalente à da Argentina. Ou seja, cerca de 32 milhões de pessoas recorrem aos planos e hospitais particulares. O Rio de Janeiro possui a mais densa rede hospitalar pública do país, com 63% dos estabelecimentos de saúde. Essas unidades - como as do restante do país - deveriam atuar preventivamente ou socorrer de forma adequada uma população de aproximadamente 6,5 milhões. Só que isso não acontece. Enquanto se discute há anos se o mosquito é federal, estadual ou municipal ou se os recursos serão melhor gerenciados por uma das três áreas, predominam hospitais e equipamentos de grande porte - boa parte sucateada - além de gestões confusas em detrimento de postos mais bem distribuídos e administrações eficientes. Isso provoca uma sobrecarga descomunal para o município do Rio com a migração diária de um contingente populacional do restante do estado.

Infelizmente os dados desse “diagnóstico” parcial quando divulgados - em raríssimos momentos - são fragmentados pelos principais jornais, revistas, rádios e tevês. As coberturas nesta área acabam em editoriais diferentes. Textos dispersos, além de manchetes, títulos, legendas e fotos alarmantes reforçam preconceitos e mitos. As reações vão da perplexidade ao pânico. Mas de concreto, pouco se resolve.

A maioria dos dirigentes está também mais preocupada em negar, omitir, ocultar do que “abrir as portas”. Acabam estimulando a criação de um reportariado que parece brincar o tempo todo de mocinho e bandido, mesmo que não haja nem um nem outro; mesmo que os papéis dependam de quem está dirigindo o filme e que acaba não assumindo a sua responsabilidade pelas cenas mais dramáticas.

E nesse caso onde entra o interesse público? Acaba perdido num emaranhado de disputa de poder e barganhas. É preciso que se estabeleça urgentemente uma correta parceria entre profissionais de saúde e de imprensa, melhorando as práticas de comunicação entre ambos e forçando o poder público a criar novos mecanismos capazes de imprimir-lhe clareza indiscutível que se contraponha ao clientelismo e à utilização do estado em benefício de interesses cartoriais.

A literatura disponível nesta área também é praticamente inexistente. Poucas iniciativas isoladas e ainda “presas”, em sua maioria, aos meios acadêmicos podem ser destacadas como contribuições efetivas para a popularização da Ciência. Este trabalho tenta dar uma contribuição, reunindo reflexões a partir de práticas as mais diferenciadas possíveis com o objetivo de ampliar as discussões para diversos segmentos da sociedade, fundamentais para o incremento definitivo de resoluções que venham somar-se na conquista da cidadania plena. É inquestionável que a mídia se destaca na modernidade cada vez mais através de seu papel de educadora coletiva.

Cabe aos jornalistas, pesquisadores-escritores e aos meios de comunicação a difusão de conhecimentos sobre temas de saúde em geral, através de informações esclarecedoras e conscientes. Os cidadãos precisam ter referenciais corretos para que as filas deixem de ser “pano de fundo” para os espetáculos ocasionais mostrados através de um verdadeiro carnaval de imagens, sons e palavras. Aos profissionais que lidam com Ciência e especificamente aqueles relacionados ao setor saúde, a “receita” para superar as barreiras que os distanciam da Imprensa e, conseqüentemente, dos cidadãos está na compreensão da dinâmica de funcionamento dos meios, na ampliação do diálogo e no reforço da responsabilidade pelo compromisso ético da sua relação com o usuário. Neste demorado jogo de xadrez “vence” quem tiver competência e agilidade para não perder a próxima jogada que ainda dá direito a uma vaga no bonde da história.

Dos muitos registros de participações em eventos pelo país afora no decorrer dos anos de militância profissional e acadêmica dos autores, indagações foram surgindo, principalmente em relação ao comportamento das organizações jornalísticas e de saúde, trazendo à tona perguntas do tipo: as estratégias de comunicação que estão sendo utilizadas pelas diversas empresas e instituições que atuam nas duas áreas têm contribuído de alguma forma para o aumento da qualidade de vida do cidadão? Responder a esta e mais algumas outras tornou-se um compromisso cada vez presente. Ainda mais quando entre tantas observações, se destacavam momentos difíceis e por isso mesmo desafiadores. A complexidade enorme para a superação da distância existente entre os profissionais e os cidadãos são alimentadas visivelmente a cada dia e envolvem aspectos diferenciados que vão do desconhecimento ao jogo de interesses e só aumentam o sofrimento e as dificuldades da população brasileira, aqui denominada especificamente

como público¹. E não foi à toa o desabafo do professor titular de Medicina Legal da Universidade da Paraíba, Genival Veloso de França, durante o Seminário Informação & Saúde no Rio, em 95. Ele "sacudiu" com certeza a consciência dos quase 200 profissionais ali presentes quando afirmou que " Medicina e Imprensa têm contas a acertar com o cidadão. Ambas têm um débito para com a verdade". Mas logo em seguida, as palavras do editor-executivo de um dos principais jornais brasileiros, também presente ao evento, foram como uma ducha de água fria. Bradar que um fato grave como a alta taxa de infecção hospitalar no Brasil não é notícia deu pra arrepiar até o mais insensível dos seres humanos. E refletir que ainda falta muito para conseguirmos superar as barreiras que existem entre os dois setores. Não satisfeito ainda, o mesmo editor lascou esta: "o drama da saúde pública deixou de indignar as pessoas". Provavelmente este cidadão tem um plano de saúde razoável e é um dos poucos privilegiados dentre os milhões de brasileiros que penam para conseguir atendimento médico digno nas principais capitais do país. É aquela velha história da redoma, onde o que se passa longe dos olhos, o coração não sente. Mas não é difícil refrescar a memória e mostrar que a indignação ainda está na pauta do dia: em pesquisa desenvolvida no início do ano de 95 pelo jornal Folha de S. Paulo, através de seu instituto Datafolha e depois amplamente difundida pelo ex-prefeito Cesar Maia e seu secretário de saúde, Ronaldo Gazolla, através de artigos em outro grande jornal do Rio², foi constatado que o principal problema das grandes cidades brasileiras é justamente a crise na saúde pública. No Rio, uma das 11 capitais onde a população foi ouvida, 45 % disseram que a saúde deve ser tratada como prioridade máxima. Em São Paulo o índice chegou a 37%, Belo Horizonte a 39%, Campo Grande 38%, Goiânia 37% e Recife 25%. Poderíamos parar por aí, mas os dados são importantes para demonstrar que pautas podem ser multiplicadas. "Ganchos jornalísticos" é que não faltam: o que necessitamos é um pouco mais de compromisso social, conhecimento e sensibilidade. O próprio Genival Veloso reconhece, em artigo publicado na Revista Cadernos do Terceiro Mundo também em 95, que ninguém pode negar a contribuição dos meios de comunicação na luta pelas conquistas coletivas. O professor diz que é injusto questionar sua importância como veículo de transformação social. Mas ressalva que quanto ao papel da imprensa na divulgação de fatos ligados à saúde, seria interessante saber qual o seu limite ético e se é justo levantar-

¹ Termo aplicado de acordo com o pensamento de Herbert M. Baus: "o público em sentido pleno, é toda a população do mundo ou um grupo de pessoas que se distinguem por uma ou mais características em comum, como ler o mesmo jornal ou viver no mesmo bairro ou cidade". Citado por OLIVEIRA, J. Xavier de. Usos e abusos de relações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 50. 1971

se limites dessa ordem. É taxativo ao dizer que não se pode aceitar a "ética do resultado", em que se procura o ganho imediato, oportunisticamente conquistado para marcar furos.³

Podemos citar ainda as doenças cardiovasculares como um assunto que por menos indignação que possa causar deve ser obrigatoriamente discutido em qualquer informativo; afinal de contas, elas são responsáveis no país por 300 mil óbitos anuais. E ainda: mais de 10 milhões de brasileiros sofrem de hipertensão arterial e sete milhões são chagásicos. A OMS - Organização Mundial de Saúde estima que 10% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência física, uma grande parte provocada por acidentes de trabalho, muitos vítimas de talidomida - a droga considerada ilegal no mundo todo desde 61 e ainda utilizada no Brasil, sob "controle" do Ministério da Saúde - e outros tantos com hanseníase e lesões medulares. Questionamos mais uma vez se esses assuntos não devem estar na ordem do dia de qualquer veículo e se não são causas de permanente indignação? O professor titular da Faculdade de Medicina da USP, Dalton Chamone, foi mais além e, no primeiro semestre de 95, apresentou um diagnóstico dramático, baseado em análise feita pela Coordenadoria de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde: através da triagem de doadores de sangue, profissionais de saúde constataram que 25% da população brasileira aparentemente saudável são inaptos para doar sangue. Juntando-se a estes mais 20% de pessoas sabidamente portadoras de alguma doença, a conclusão é que quase metade da população é portadora de algum tipo de moléstia. Quem acompanha a área de Saúde há mais de dez anos, como é o nosso caso, vive permanentemente indignado com os acontecimentos que envolvem de um lado a postura de muitos profissionais de saúde que cismam em sustentar conversas lacônicas ou discursos herméticos e acham que no dia seguinte a culpa pelas matérias truncadas é dos profissionais de Imprensa. A síndrome da palavra escrita ainda está presente nas "descobertas" dos *days afters* das matérias polêmicas que envolvem personalidades da área científica e médica, causando embates duros e muitas vezes irreversíveis. Muitos se recusam a manter qualquer tipo de contato a posteriori com repórteres se a experiência inicial não correspondeu aquilo que no momento eles gostariam de ver registrado. E sequer procuram saber quais os reais motivos que envolveram a edição do respectivo veículo naquele dia e os motivos das distorções em suas idéias, quando existem. E os

² MAIA, Cesar. Saúde Pública no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, p.04, mar.1995

jornalistas, alguns impacientes com tudo e todos, geralmente desconhecem o que estão apurando, aceitam a maior parte dos dados oficiais sem sequer questioná-los ou então fingem-se de "espertos", achando que podem obter "furos" de reportagem conversando diretamente com as fontes sem dar a mínima bola para as assessorias de imprensa. Com certeza ainda têm muito a aprender. Sobre esta questão, o professor Genival Veloso diz o seguinte: "Se a Medicina pode ser criticada pelo hermetismo nem sempre justificado e corporativismo exagerado, cabe à imprensa reparos à imensa concentração de poderes dos empresários da notícia, à sua submissão ao poder econômico e político, à sua atenção deliberada ao sensacionalismo, à invasão da privacidade do cidadão, à manifesta intolerância em favor das mudanças sociais e à negação do direito de defesa que merece o acusado".⁴ Analisando especificamente a evolução da trajetória do profissional de Jornalismo através da prática cotidiana, podemos observar através do pensamento da professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo, Cremilda Medina, que a "especialidade do jornalista não se fecha mais em editorias ou determinados veículos". Tudo bem, é indiscutível mas é preciso um razoável discernimento e visão crítica para arriscar um trabalho coerente de cobertura jornalística na área de saúde, o que infelizmente não faz parte da realidade da maioria. Na verdade essa diretriz "aberta" de acompanhamento dos fatos relacionados a Ciência e a Medicina já era rotina no dia-a-dia dos meios de comunicação nos últimos anos. Só que fragmentada pelas mais diversas editorias, as principais matérias referentes as questões de saúde se mostraram sempre dispersas e distantes da realidade do cidadão comum, provocando reações múltiplas: da estagnação ao pânico, muitas vezes gerando uma cadeia de agressividade sem precedentes. Algumas demonstram preconceito ou reforçam determinados mitos. Os exemplos vêm logo através dos títulos: "Catástrofe do SUS no Rio", "Meningite Aumenta" e "Até os deuses erram". E a listagem é interminável. Basta passar os olhos em jornais ou revistas em qualquer semana: são principalmente manchetes e legendas, geralmente discriminatórias, quando não desinformativas e tendenciosas. Este foi um dos pontos mais criticados por profissionais de Medicina durante o Seminário INFORMAÇÃO & SAÚDE, realizado em 95 com o patrocínio do Centro de Estudos e Pesquisas Genival Londres, do Rio. Segundo eles, a 'tendência da imprensa no momento é claramente de fazer coberturas sensacionalistas ou, no mínimo, superficiais dos temas relativos à saúde.

³ VELOSO DE FRANÇA, Genival. Erro Médico: Fato e Preconceito. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, n. 189, p. 06, set. 1995

O editor de Opinião do jornal O Globo, Luiz Garcia, reconhece que existem elementos de morbidez no maior destaque às notícias negativas, mas frisa que o que vem acontecendo é apenas uma reação ao desejo do público. E destaca: "Cada meio dá à notícia maior ou menor destaque em função do interesse que despertará em seus leitores. Sem dúvida, um erro médico tem muito mais repercussão que centenas de operações bem sucedidas".⁵

Já o médico José Luiz Noronha, diretor de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, acredita que a pressão exercida pelos leitores/espectadores vem provocando uma condenável distorção na cobertura dos fatos relacionados à saúde. E indaga "Por que a Aids dá tantas manchetes, enquanto a tuberculose, que mata muito mais - apesar de ser tratável - não é notícia? Porque os leitores dos grandes jornais, a maioria de classe média ou alta, não se sentem ameaçados pela tuberculose. Sabem que, se forem contagiados, se curarão, pois têm acesso a bons tratamentos. Já a Aids não respeita fronteiras sociais e por isso assusta muito mais".⁶ É uma triste realidade a que vem destes registros. Coberturas também estabelecidas pelos meios de comunicação quando o assunto é a saúde revelam a crise ética por que passam os setores - Imprensa e Saúde- refletindo-se diretamente no relacionamento entre profissionais dos dois lados e, conseqüentemente resvalando no cidadão que se informa diariamente pelos meios disponíveis. Torna-se necessário identificarmos as possíveis causas e refletirmos buscando saídas viáveis. É inegável a carência de profissionais de comunicação qualificados para intervir conscientemente na realidade de saúde que se apresenta no país. Uma legislação que seja mais clara e definida não censurando a dinâmica de atuação das organizações jornalísticas, mas ao mesmo tempo garantindo os direitos mais elementares de privacidade dos usuários dos serviços de saúde é um outro ponto prioritário. Dois fatos ajudam a ilustrar mais uma vez o que acontece hoje e devem servir de exemplos para não se repetirem: as notícias divulgadas sobre o surto de cólera em algumas regiões do país abalaram a indústria do turismo provocando demissão em massa dos profissionais da área, devido ao tratamento inadequado das informações. E os retratos que os meios de comunicação apresentam sobre os pacientes internos em

⁴ VELOSO DE FRANÇA, Genival, op. cit.

⁵ GUIMARÃES, Cláudia. Fogo Cruzado - Jornalistas e médicos analisam as causas das falhas na cobertura dos temas ligados à saúde e questionam os limites éticos da imprensa. Cadernos do Terceiro Mundo. Suplemento Saúde, Ética e Comunicação. Rio de Janeiro, n. 189, p. 2-3, set. 1995.

hospitais psiquiátricos em geral são extremamente negativos, não contribuindo em nada para a modificação do quadro. De pouco adianta um levantamento superficial e alarmista. É preciso contextualizar, mostrando as causas e efeitos, apontando responsáveis e fornecendo informações que provoquem reações imediatas, legais e estruturais.

Se pelo lado da Imprensa, as posturas não têm sido muito satisfatórias, no denominado lado de cá, ou seja os representantes da área de saúde, as falhas também são muitas. E quem acaba no meio deste fogo cruzado é justamente o assessor de comunicação social - mediador da "pós-modernidade". Quando chamado a intervir, defronta-se normalmente com uma situação já definida - geralmente de crise - e com determinações prontas: 'precisamos é de uma campanha', 'temos que responder à Imprensa desta ou daquela forma' ou 'vamos organizar um evento' é o que ouvimos com tanta frequência. É uma situação imposta que normalmente limita-se a ações tópicas e localizadas, o que normalmente denominamos como "apagar incêndios". O ex-diretor de Comunicação Social da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, João Paulo Pinto da Cunha, deixou registrado um artigo sobre o assunto, em 94 no jornal do Radis (Fiocruz), que em determinado trecho diz o seguinte: "Geralmente o responsável pela comunicação recebe uma encomenda definida em termos de público, estratégia e mensagem. Cabe apenas executar. Esta concepção mostra um desrespeito duplo, pela comunicação e pelo profissional. Ainda que não seja uma ciência, a comunicação é, no mínimo, uma técnica com um grande e sofisticado arsenal de intervenção na realidade e no imaginário das pessoas e dos grupos. O comunicador, por sua vez, deve dominar os elementos que lhe dêem conhecimento das linguagens, da circulação das mensagens e do mundo de significações dos diferentes públicos. Se o pedido de uma campanha já chega embalado, carimbado e com destino certo, perde-se o potencial da comunicação e do comunicador".⁷

Quanto mais nos aprofundamos nos assuntos que envolvem a área de saúde, as crises se sucedem: financiamentos, regulamentações das políticas, organização de modelos e muitos outros problemas. É neste contexto que a comunicação cada vez mais tem uma enorme contribuição a dar. Sua absorção pelas políticas públicas é uma

⁶ GUIMARÃES, Claudia. op. cit.'

necessidade premente. E sua concepção deve trilhar por outros caminhos, com certeza bem mais abrangentes.

Os serviços de saúde possuem características próprias que normalmente os diferenciam de outras organizações : atendem necessidades complexas - com dimensões bio-físicas e psico-sociais - cuja definição varia conforme a classe social e conceitos de saúde, doença e morte da clientela - homens, mulheres, crianças e idosos - e do tipo de problema - agudo, crônico, etc. Os usuários nem sempre têm informações para avaliar e definir suas necessidades e as maneiras mais adequadas de atendê-las. Os resultados também são de difícil medição, sobretudo nos casos mais complexos -psicossomáticos e crônicos. Além disso, a organização dos serviços têm uma dimensão ética e moral bem própria com situações delicadas da biomédica, envolvendo sigilo, direito do usuário à informação e mais uma ampla estrutura administrativa e alocação de recursos atípica. Acreditar que tanto profissionais de Imprensa quanto de Saúde poderiam entender detalhadamente todo este processo é criar uma falsa expectativa. Assim como definir o espaço de atuação do comunicador da área de saúde somente pelos contatos com a grande Imprensa em casos determinados ou com a dinâmica rotineira de produção de clippings e outros instrumentos utilizados dentro de um setor de assessoria de comunicação. É deixar de entender o seu verdadeiro papel e limitar o seu potencial. Ele deve funcionar permanentemente "atenado" com a opinião pública - através dos meios de comunicação ou diretamente - e "garimpando" idéias no contato com os técnicos. Sempre em mão dupla, identificando os anseios da 'população com informações objetivas, precisas e claras e proporcionando cada vez mais a multiplicidade de canais para levar mensagens adequadas e possibilitar que toda a complexidade que absorve a área de saúde seja progressivamente desnudada pelos cidadãos. E no sentido inverso, apresentar os meandros que cercam jornais, revistas, rádios e tevês para os profissionais de saúde, no caso a clientela interna. As poucas experiências em determinadas realidades regionais hoje são alentadoras e comprovam que é possível avançar através de espaços diferenciados de atuação. O projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia - MG - e o hospital universitário local através da criação de cartilhas com dicas essenciais para o esclarecimento das atividades de jornalistas e profissionais de saúde tem resultado em novas formas de entendimento entre os setores. A criação da

⁷ PINTO DA CUNHA, João Paulo. Um arsenal usado de forma restrita e conservadora. *Jornal do Radis*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 07, abr. 1994

pré-pauta por iniciativa do professor de Jornalismo da USP, Manoel Carlos Chaparro tem hoje o aval de praticamente todos os meios de comunicação da Grande São Paulo e do interior e a garantia de veiculação de boa parte da produção científica acadêmica daquela instituição. O curso de Pós-Graduação em Comunicação Aplicada à Saúde Pública da Universidade Metodista de São Paulo, que pretende aglutinar pesquisadores, profissionais e estudantes interessados em intercâmbios, é uma outra iniciativa importante. A criação de vários serviços de atendimento ao usuário nos setores de saúde das secretarias, postos e hospitais é uma demonstração clara que o cidadão "redescobriu" seus direitos e tem buscado 'todos os caminhos possíveis para interagir com as instituições e empresas. E as próprias organizações têm se estruturado para atender a essas novas demandas. O surgimento a cada dia da função de Ombudsman nas empresas e instituições brasileiras é uma demonstração clara . Dentro de uma estrutura bem organizada, o Ombudsman atua recebendo e investigando as denúncias e reclamações de seus leitores - no caso de organizações jornalísticas - produz um relatório diário ou semanal sobre o que ouviu do leitor e publica uma coluna em seu jornal, analisando o comportamento geral do veículo ao longo da semana, inclusive comparando-o com outros. Para Caio Túlio Costa , ex-Ombudsman da Folha de S. Paulo, o surgimento desse novo personagem no jornalismo brasileiro provocou um estímulo à precaução dos profissionais antes de decidirem fazer ou dizer o que não estiver dentro dos preceitos éticos e reais. Segundo ele, quando um leitor compra um jornal, não vê naquele maço de papel apenas um material descartável, mas essencialmente algo que irá acrescentar alguma coisa em sua vida. "Ele sente-se gratificado quando liga para o seu jornal e percebe que alguém presta atenção às suas críticas. Ele se sente parte do processo e, na verdade é". Acreditamos que através destas mediações conscientes, estejamos próximos de encontrar novos caminhos para um dos dilemas apresentados pela professora Cremilda Medina, através do texto "Epistemologia Pragmática e Saber Plural"⁸, onde a ciência e as condições sociais do final do século reafirmam o paradigma cientificista ou exigem uma nova mentalidade. Um pouco do que pensa o psicanalista Antonio Quinet, membro da Escola da Causa Freudiana de Paris ao dizer que "a banalização da obscenidade, a violência do imaginário é hoje nosso cotidiano - mal estar diante do qual o psicanalista não pode manter neutralidade" está claramente identificado para a busca do novo. A inclinação para o que Medina trata como " nova mentalidade" estaria muito

⁸ MEDINA, Cremilda. Epistemologia Pragmática e saber plural. Novo Pacto da Ciência 3. Saber Plural. p. 177-187'

perto do que temos denominado como "otimismo da vontade" em contraposição ao "pessimismo da razão", dentro da redefinição do papel do comunicador frente aos novos desafios da atualidade. Quando Medina diz que "percebe-se uma nova ruptura , onde os especialistas precisam reencontrar os elos perdidos entre eles e as múltiplas sabedorias para, juntos, darem outras respostas aos impasses históricos", achamos sua previsão um tanto otimista, como a nossa, pois o que ela denomina como Epistemologia Pragmática - aquela com o pé fincado na realidade humana e no meio ambiente humanizado - é um caminho, sem sombra de dúvidas, ainda um tanto propenso a tortuosos desdobramentos, mas com grandes possibilidades de concretizar-se no cotidiano. Infelizmente, os agentes que ainda hoje detêm posições de mando e controlam grande parte das informações nas principais instituições do país, na prática ainda estão longe de entenderem o que Medina caracteriza como a experimentação de "atos epistemológicos" em que o cientista senta ao lado do homem comum e interagem inspirados pela emergência dos problemas que afetam a ambos.

Mas a transição de uma ciência que conforma para uma que transforma talvez não esteja longe de acontecer, apenas ainda dependendo do que mais uma vez a professora define como uma "pesquisa de linguagem transformadora", e que de certa forma já se concretiza em algumas situações da prática profissional. Mesmo que esporádicas, mas de todo, extremamente enriquecedoras. Nesse ponto talvez esteja o que podemos definir como a mediação consciente, onde deve interagir um novo comunicador , aquele que busca numa via de mão dupla e num processo abrangente de relações estabelecer um processo dialógico , um "aproveitamento das possibilidades intuitivas e racionais e motor-operacionais na observação e leitura cultural do mundo", como apresenta Medina. Esse "artesão criativo do diálogo transformador da ciência e do saber cotidiano" talvez possa reverter a opinião um tanto pessimista de Antonio Quinet ao afirmar que "os capitais de nosso planeta globalizado vivem surfando em busca do próximo Eldorado, onde suas apostas virtuais poderão se transformar em ganhos reais , totalmente desconectados de uma produção real".

Ao procurar uma nova ruptura , onde os especialistas buscam reencontrar os elos perdidos entre eles e as múltiplas sabedorias para, juntos, darem respostas concretas aos impasses, ²¹ atingimos o pensamento do professor Milton Greco em seu texto " a Ciência e as novas mediações sociais" ou seja, é o momento do repensar coletivo, onde

instituições que lidam com o saber e reflexões em seus espaços estabeleçam uma aproximação definitiva com as organizações jornalísticas , através de projetos concretos e não com complexas elucubrações delirantes. Precisamos transpor de simples registros de verdade para verdadeiros registros de justiça.⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação na Era da Qualidade*. SP, Contexto Comunicação e Pesquisa/Unimed Amparo. 1995. 93p.
- DALLARI, Sueli Gandolfi. *A Saúde do Brasileiro*. SP, Moderna, 1987. 88p.
- GUIMARÃES, Reinaldo & TAVARES, Ricardo (orgs). *Saúde e Sociedade no Brasil anos 80*. RJ, Relume Dumará/Abrasco, 1994. 280p.
- LOPES, Boanerges & NASCIMENTO, Josias (orgs). *Saúde e Imprensa - O Público que se Dane*. RJ, Mauad, 1996. 111p.
- LOPES, Boanerges. *O que é Assessoria de Imprensa*. SP, Brasiliense, 1994. 94p.
- ROCHA PITTA, Aurea M. (org). *Saúde & Comunicação - Visibilidades e Silêncios*. Hucitec/Abrasco. SP, 1995, 293p.

⁹ GRECO, Milton. A ciência e as novas mediações sociais. *Novo Pacto da Ciência* 3 . Saber Plural. P. 203-208